Sképsis: Revista de Filosofia
ISSN 1981-4534
Vol. XVII, N. 34, 2026, p. 26-39

A INVESTIGAÇÃO E A VERDADE

Ezequiel de Olaso

Tradução
Plínio Junqueira Smith, Unifesp
Email: plinio.smith@unifesp.br
e
Waldomiro José da Silva Filho, UFBA
Email: wjsf.ufba@gmail.com

1

O objetivo desta contribuição é compreender o próprio sentido da empreitada cética e, para isso, preciso exercer certa liberdade quanto ao título. De fato, a história da filosofia registra o título clássico de "investigação da verdade", que foi honrado, entre outros, por Descartes e Malebranche. Quero que comecemos fazendo um esforço para manter separados o que naturalmente parece estar ligado, a saber: toda investigação é uma investigação da verdade (ou de seus parentes pobres: o aceitável, o plausível, o provável, o presumível etc.). Parece, então, que temos, de um lado, a investigação e, do outro, a verdade. O que ganhamos com essa dissociação?

Proponho agora que leiamos o primeiro parágrafo dos *Esboços pirrônicos* de Sexto Empírico:[1]

> É normal (*eikos*) que aqueles que investigam (*zetousî*) algo, ou encontrem aquilo que se propuseram a investigar, ou neguem que seja possível encontrá-lo e reconheçam que é inapreensível (*akatalepsías*), ou perseverem em sua investigação. Talvez por isso, no que diz respeito aos objetos investigados pela filosofia, alguns tenham afirmado ter encontrado a verdade, outros que é impossível apreendê-la, enquanto outros ainda continuam investigando. Aqueles que são conhecidos especialmente como dogmáticos, por exemplo, os aristotélicos, os estoicos e alguns outros, acreditam tê-la encontrado; os seguidores de Clitômaco e Carnéades e outros acadêmicos afirmaram a impossibilidade de apreendê-la; já os céticos continuam investigando. Por isso, parece razoável pensar que as filosofias mais importantes são três: a dogmática, a acadêmica e a cética. Caberá a outros falar das duas primeiras. Por nossa parte, descreveremos, de forma resumida (*upotypotikos*), a orientação (*agogê*) cética. Gostaríamos de ressaltar que, em nada do que dissermos, faremos afirmações positivas no sentido de que cada coisa seja, em si mesma, exatamente como afirmamos; ao contrário, apresentaremos cada fato narrativamente (*historikós*), tal como se apresenta no seu agora.

Este artigo foi originalmente publicado com o título "La investigación y la verdad", na revista *Manuscrito*, Vol. 6, N° 2, p. 45-62. Agradecemos à revista e ao editor Marco Ruffino a autorização para a publicação desta tradução.

[1] Tradução de Tomás E. Zwanck, ainda inédita.

E, após um esclarecimento sobre a ordem expositiva da obra, Sexto prossegue:

> A atitude (*agogê*) cética recebe o nome de *zetética* (investigativa) devido à sua atividade de investigação e indagação, *efética* (suspensiva) pela disposição de ânimo (*páthos*) que se produz após a investigação naquele que investiga, *aporética* por seu hábito de duvidar e investigar tudo, como dizem alguns, ou por sua indecisão quanto ao assentimento ou à negação, e *pirrônica* porque nos pareceu que Pirro se dedicou ao ceticismo de forma mais conscienciosa e mais manifesta do que aqueles que o precederam.

Voltemos ao primeiro parágrafo. A singularidade do cético é que ele professa a investigação da verdade sem ter certeza de que a encontrará. Para que, então, assumir essa atitude de busca da verdade sem uma esperança razoável de encontrá-la?

É curioso que os estudiosos tenham deixado de lado a consideração desse grave problema inicial. Brochard[2] nem sequer aborda o problema, assim como Charlotte L. Stough,[3] Arne Naess[4] e J. P. Dumont;[5] até mesmo os autores da obra mais recente e, talvez, a mais importante sobre o ceticismo helenístico o ignoram.[6] Poder-se-ia alegar que esse problema não é do tipo que interessa a quem busca uma reconstrução predominantemente histórica do ceticismo. Mas é preciso notar que os inúmeros filósofos que hoje se dedicam a reconstruções sistemáticas do ceticismo não levam em conta essa curiosa anomalia inicial. Penso na obra de filósofos como P. Unger,[7] K. Lehrer,[8] G. S. Pappas,[9] J. Cargile,[10] D. Turner,[11] O. A. Johnson,[12] S. Cavell,[13] N. Rescher,[14] J. W. Cornman,[15] P. D. Klein,[16] e B. Mates.[17] Por quê? O tema não poderia ser mais crucial para a compreensão do ceticismo. O cético é chamado assim, *skeptikós*, para destacar que é o filósofo que busca e investiga. Gisela

---

[2] Victor Brochard, *Les sceptiques grecs* (2ª edição, Paris, 1923; tradução para o espanhol, Buenos Aires, 1945).

[3] Charlotte L. Stough, *Greek Skepticism* (Berkeley e Los Angeles, 1969).

[4] Ame Naess, *Scepticism* (Londres, 1968).

[5] Jean-Paul Dumont, *Le scepticisme et le phénomène* (Paris, 1972).

[6] *Doubt and Dogmatism* (edição de M. Schofield, M. Burnyeat e I. Barnes, Oxford, 1980).

[7] Peter Unger, *Ignorance* (Oxford, 1975). "A Defense of Scepticism", *The Philosophical Review* 80 (1971): 198-218.

[8] Keith Lehrer, "Why not Scepticism?", *The Philosophical Forum* 2/3 (1971): 283-98.

[9] George S. Pappas, "Some Forms of Epistemological Scepticism", no volume *Essays on Knowledge and Justification*, editado por G. S. Pappas e Marshall Swain (Ithaca, Londres, 1978).

[10] James Cargile, "In Reply to 'A Defense of Skepticism'", *The Philosophical Review* 81 (1972): 229-36. Reimpresso no volume citado na nota 9.

[11] Dan Tumer, "Why Scepticism?", no volume citado na nota 9.

[12] Oliver A. Johnson, *Skepticism and Cognitivism* (Berkeley, 1978).

[13] Stanley Cavell, *The Claim of Reason* (Oxford, 1979).

[14] Nicholas Rescher, *Scepticism* (Oxford, 1980).

[15] James W. Comman, *Skepticism, Justification and Explanation* (Dordrecht, 1980).

[16] Peter D. Klein, *Certainty. A Refutation of Scepticism* (University of Minnesota Press, 1981).

[17] Benson Mates, *Skeptical Essays* (University of Chicago Press, 1981). Eis uma honrosa exceção: "Nunca consegui compreender como seria possível a eles afirmar sem ter certeza. Nem consegui aceitar sua proposta filosófica de uma investigação contínua. Por que prosseguir na busca, quando nenhuma esperança se justifica e não se tem mais do que a experiência repetida do fracasso? A ataraxia cética, fui incapaz de alcançá-la", Oswaldo Porchat, "Prefácio a uma filosofia", *Discurso* 6 (1975): 16. Agora no volume coletivo, Bento Prado Jr., Oswaldo Porchat Pereira e Tercio Sampaio Ferraz. *A filosofia e a visão comum do mundo* (São Paulo, 1981): 48-9.

Striker observou que as histórias da filosofia antiga tradicionalmente empregam esse termo para designar tanto a Academia, de Arcesilau até Carnéades, quanto os pirrônicos; e, no que diz respeito à nossa passagem de Sexto, ela admite que os termos *sképsis* ou *skeptiké filosofia* parecem ter sido a designação comum da filosofia pirrônica, embora não da acadêmica. No entanto, Striker prefere a afirmação de Áulo Gelio, segundo a qual tanto os acadêmicos quanto os pirrônicos eram indistintamente chamados de céticos, uso que teria prevalecido na tradição posterior.

Mas, independentemente desse ponto histórico, é interessante examinar o problema doutrinário que o subjaz. E a própria Striker distingue imediatamente a tese acadêmica: "nada pode ser sabido" da recomendação pirrônica: "é preciso suspender o julgamento em todas as questões" e ressalta que ambas são logicamente independentes uma da outra, uma vez que "a tese não basta para justificar a recomendação".[18] Ora, parece-me confuso chamar de um mesmo nome duas atitudes que são logicamente independentes e que o próprio Sexto distinguiu *por sua postura diferente perante a investigação.* E esse aspecto importante é, mais uma vez, o que foi ignorado.

Acredito que tenha sido Montaigne o primeiro a apontar com clareza a diferença entre os acadêmicos e os pirrônicos, tendo como referência sua atitude perante a investigação. Para Montaigne, o resultado da busca humana é a posse da ignorância.

Ora, Montaigne considera que essa ignorância deve ser completa. Certamente Montaigne deve ter tido em mente o início de nossa passagem quando escreve:

> Pirro e os demais céticos... afirmam que ainda estão em busca (*en cherche*) da verdade. Consideram que aqueles que pensam tê-la encontrado estão infinitamente equivocados; e que há muita vaidade ousada na segunda posição, que afirma que as forças humanas não são capazes de alcançá-la. Pois isso: estabelecer a medida de nosso poder de conhecer e julgar a dificuldade das coisas, é uma ciência grandiosa e extrema, e eles duvidam que o homem seja capaz disso.
>
> Quem acredita que nada sabe, também ignora
>
> Se pode saber algo ao confessar que nada sabe
>
> (Lucrécio IV, 469)
>
> A ignorância que se conhece, se julga e se condena a si mesma não é uma ignorância completa: para sê-lo, é preciso que ela ignore a si mesma. Assim, a profissão dos pirrônicos é comover, duvidar e investigar (*enquerir*), não se dar por certos de nada, não dar resposta a nada (*Ensaios*, edição Rat, II, 193-4).

Se me for permitido reconstruir um pouco mais conceitualmente a observação exata de Montaigne, diríamos que conhecer o critério do que se sabe é algo que o acadêmico se arroga e que o pirrônico não pode assumir. Mas, então, a filosofia, que tem sido uma busca da verdade, acabou se divertindo (legitimamente, na opinião de Montaigne) na busca sem esperança de encontrar a verdade. Não é difícil identificar as passagens em que Montaigne apresenta uma história da filosofia na qual a inspiração zetética teria predominado amplamente. Assim, Montaigne afirma que

[18] Gisela Striker, "Sceptical Strategies", no volume citado na nota 6.

Homero lançou os fundamentos de todas as escolas de filosofia para mostrar até que ponto era indiferente o caminho que seguíssemos. Muitos pré-socráticos adotaram uma forma de escrever que, no fundo, é hesitante e "tem mais o propósito de investigar do que de instruir" (edição citada, p. 202). Sócrates sempre questiona e promove o debate, nunca o interrompe, nunca o encerra, e afirma que não há outra ciência além da ciência de se opor (edição citada, p. 201). Sêneca e Plutarco lhe parecem exemplos de filósofos que apresentam as diversas facetas de um tema sem tomar partido. Vejamos apenas esta frase: "Não é de se estranhar que pessoas desesperadas por capturar não tenham deixado de se deleitar na caçada" e ele apresenta exemplos de filósofos, entre eles Demócrito, "que não queriam receber esclarecimentos sobre aquilo de que duvidavam, para não perder o prazer de buscá-lo" (edição citada, p. 203). Assim, "a própria investigação das coisas ocultas e grandiosas é muito agradável, a saber, para aquele que delas não retira senão a reverência e o temor de emitir julgamento a respeito delas" (edição citada, p. 204). Sua sentença final diz quase tudo: "A filosofia nada mais é do que uma poesia sofisticada" (edição citada, p. 235). Por isso, o cético, na era moderna, é geralmente um erudito, um especialista em preparar meios muito exatos, às vezes esquecendo a busca da verdade. Dois desses eruditos virão a colaborar extraordinariamente para consolidar, com sua doutrina, mas sobretudo com seu exemplo, a ideia da tese cética apresentada por Montaigne. Assim, Pierre Daniel Huet, em seu *Traité philosophique de la faiblesse de l'esprit humain*, escrito por volta de 1690, mas publicado em 1723, afirma no capítulo sétimo do segundo livro que os céticos se autodenominavam "zetéticos. Mas", ele se pergunta, "que verdade encontraram por meio de uma investigação tão longa e tão constante? Eles deveriam dizer que evitavam a falsidade e o erro, não que buscavam a verdade. Evita-se a falsidade e o erro suspendendo o julgamento e retendo a crença e o consentimento que dependem de nós: mas não depende de nós chegar ao conhecimento claro e certo da verdade... Pois é uma empreitada vã e frívola buscar o que não se pode encontrar". E então ele dirá que será zetético para tentar encontrar o provável (Livro II, capítulo 4), pois "não é manter a ordem exigida trabalhar para conhecer a verdade sem saber o que é a verdade nem se ela pode ser conhecida", como afirmou, com uma sentença que teremos de examinar mais adiante, no início de sua obra (Livro I, capítulo 1).

E Pierre Bayle, em sua carta a Minutoli de 31 de janeiro de 1673, apresenta sua versão das primeiras reflexões de Sexto com estas palavras:

> A divisão mais comum que se costuma fazer entre todas as seitas dos filósofos é a de distingui-las entre aqueles que 'acreditam ter encontrado a verdade', aqueles que 'acreditam que ela não poderia ser encontrada' e aqueles que 'não acreditam tê-la encontrado, mas que, no entanto, a buscaram durante toda a vida'.
>
> Os primeiros eram pessoas muito decididas e mais resolutas do que Bartolo: fugiam da neutralidade e do equilíbrio entre duas opiniões prováveis e nunca deixavam de tomar partido. Por isso, eram chamados de dogmáticos. Assim foram os aristotélicos, os estoicos e os epicuristas.
>
> Os segundos, que eram os acadêmicos, queriam assumir a posição oposta aos outros, foram longe demais e, sem perceber, caíram na armadilha da qual tanto haviam desejado fugir. De fato, todo aquele que determina positivamente que não há ciência e que a verdade não pode ser encontrada afirma, por isso mesmo, um dogma e admite, pelo menos, uma ciência.
>
> Acontece também que os terceiros, a saber, os pirrônicos ou céticos, que se viam pressionados por essa objeção que lhes era dirigida a respeito de tudo, adotaram a postura de não se explicar em voz tão alta e se contentaram em dizer que 'podia-se duvidar de tudo, inclusive dessa proposição que acabavam de formular'. Permaneciam sempre na posição

> de que "isso pode ser; mas não se deve ter tanta pressa em afirmar. Procuremos melhor, pois até aqui o processo não foi suficientemente instruído para que se julgue em última instância". Por fim, se alguém os pressionasse para chegar a um julgamento da causa, eles sempre concluiriam com um "investigue-se mais amplamente" e nunca opinariam senão com o *"Non liquet"*. Eles contornavam admiravelmente a armadilha de seus adversários, que, a partir da proposição "Pode-se duvidar de tudo", queriam concluir que eles, os céticos, afirmavam, portanto, algo; digo que contornavam isso sustentando que sua proposição estava tão sujeita à lei geral da dúvida quanto as demais proposições e que se assemelhava a um remédio que se vai junto com os maus humores que expulsa. Além disso, em seus princípios, aquele que diz 'que nada sabe' nega saber até mesmo isso: "que nada sabe".

Em seguida, Bayle cita os versos de Lucrécio que Montaigne citou e acrescenta: "De modo que essa proposição 'pode-se duvidar de tudo' não deve ser colocada na categoria das proposições que os lógicos chamam *de se ipsas falsificantes*". Interrompo aqui o rico texto de Bayle porque, para nossos propósitos, já é excessiva a carga textual que coloquei sobre vocês.

Temos, portanto, que tanto Montaigne quanto Huet e Bayle oferecem uma caracterização da *zétesis* cética segundo a qual o cético é o homem que busca a verdade. Segundo a versão de Montaigne, ele continua buscando mesmo depois de saber que jamais poderá encontrar a verdade, pois o prazer da própria busca é uma recompensa suficiente. Teríamos, então, que a *zétesis* filosófica não se distingue de uma poética, digamos, na medida em que ambas buscam o prazer imanente à própria busca. Huet critica o erro metódico de se propor um fim inatingível e altera o objetivo da filosofia: já não será a verdade, mas a probabilidade. Será zetética, mas em busca de um conhecimento provável; a busca filosófica volta a ter uma teleologia imanente, só que é preciso abandonar a verdade. Por fim, Bayle reivindica a validade da *zétesis* cética como uma atividade pura de colocar tudo em dúvida e oferece uma argumentação muito interessante, que aqui apenas insinuei, sobre a maneira como os céticos se defendem da acusação de autorrefutação. Pela forma como a carta termina, pode-se imaginar que a principal preocupação de Bayle é unir os acadêmicos e os pirrônicos contra os dogmáticos; e, ao longo de sua bela carta, ele se desligou completamente do problema da verdade.

Não é de se estranhar que o problema da investigação e da verdade tenha passado para a história moderna formulado em termos pouco compreensíveis, se é que com eles se pretendia caracterizar a *zétesis* cética. Quem eram os zetéticos, na opinião dos historiadores e escritores modernos? Ouçamos algumas de suas respostas, muitas delas dignas de figurar no *Dictionnaire des Idées Reçues* de Flaubert.

ZETETICOS: (1) "Estavam sempre investigando; na verdade, nada julgavam" (Hornius, *Historiar Philosophiae libri VIII*, de 1655); (2) "eram chamados *de zetetikoi*, porque sempre *zetousi*, investigam e não encontram" (G. J. Vosius, *De philosophorum sectis*, de 1658); (3) "Estavam sempre investigando e nunca encontravam" (G. Paschius, *De Variis modis Moralia tradendi liber*, de 1707); (4) *"Zetetikous*, que sempre buscam a verdade, mas nunca a encontram" (J. F. Buddeus, *Compendium historiae philosophiae*, de 1731); (5) "também são chamados de zetéticos por causa de suas constantes disputas e perguntas" (J. Brucker, *Historia critica philosophiae* I, de 1742); (6) "zetéticos... porque, embora sempre buscassem a verdade, nunca a encontravam" (J. G. Heineccius, *Historia philosophica* I, de 1743); (7) "zetéticos porque fingiam buscar sempre a verdade e não encontravam nada que lhes desse certeza dela" (T. de Saint Hyacinthe, *Recherches philosophiques*, de 1743); (8) "zetéticos, pessoas que

buscam, porque nunca iam além da investigação da verdade" (Diderot, d'Alembert, *Encyclopédie*, de 1751-72, art. "Scepticisme"); (9) "zetéticos... porque sempre seguem o caminho da investigação" (G. Plouquet, *Commentationes philosophicae selectiones*, de 1758); (10) "é cético (zetético, efético, aporético) aquele que se complace em um certo hábito de não afirmar nem negar (*nec ponendi, nec tollendi*)" (A. G. Baumgarten, *Philosophia generalis*, de 1770).[19]

Obviamente, encontram-se interpretações semelhantes em relação à expressão "escola (ou orientação) zetética".[20]

2

Acredito que possamos distinguir duas atitudes em relação à *zétesis* cética por parte dos filósofos e historiadores da filosofia modernos. Os primeiros destacam que a atitude básica dos céticos é uma atitude de investigação, de busca, na qual quase sempre se ressalta que ela é realizada com abstenção de qualquer julgamento, seja ele positivo ou negativo. A maioria, por outro lado, acrescenta que a *zétesis* cética tem como objetivo final a descoberta da verdade e é praticada com a certeza de que ela não será encontrada. No primeiro caso, deparamo-nos com uma interpretação do texto que me parece correta, mas da qual não se extraem as devidas consequências. Mais adiante, abordarei essas consequências. No segundo caso, estamos diante da constatação de uma atitude irracional. Se afirmarmos que os céticos sempre investigavam a verdade, sempre buscavam a verdade, mas nunca a encontravam, pareceria que os pirrônicos se propuseram como tarefa algo que nunca alcançavam. Ora, no texto de Sexto está implícito que eles não pretendiam alcançar a verdade, pois isso os teria equiparado aos dogmáticos; e também está implícito que não queriam afirmar que a obtenção da verdade é impossível, o que os teria equiparado aos acadêmicos. Mas, então, parece que eles conseguiram preservar muito bem sua identidade em relação às duas formas de dogmatismo, aquele que se baseia em afirmações (o dogmatismo propriamente dito) e aquele que se baseia em negações (ou dogmatismo acadêmico), mas à custa de incorrer em um absurdo manifesto. "*Est ridiculum quaerere quae habere non possumus*" (Cícero, *Pro Archia*, 10). A menos que a interpretação tradicional e até agora inabalada não seja adequada. Voltemos ao nosso texto.

Observemos que Sexto começa com uma comparação. De um lado, estão os homens que investigam algo; o que costuma ocorrer, o normal, é que haja três possibilidades: ou que o encontrem, ou que neguem que seja possível encontrá-lo e o declarem inatingível, ou que continuem investigando. Essas são atividades

[19] Todos esses textos e alguns outros em Giorgio Tonelli, "Kant und die Antiken Skeptiker", especialmente a nota 4, no volume *Studien zu Kants Philosophischer Entwicklung* (Hildesheim, Olms, 1967).

[20] Vejamos o caso da Zetética (filosofia): (1) "Chamaram essa filosofia de zetética porque seus adeptos se dedicam sempre à investigação (pois isso é *zétein*) da verdade" (Th. Stanley, **Historia philosophiae**, de 1655-60); (2) "Essa instituição da Escépsis é chamada, em outras palavras, de Zetética, pois sua ação está sempre voltada para a contemplação e a busca da verdade" (S. Sorbiere, *Lettres et discours,* de 1660): (3) "A filosofia de Sexto pode receber o nome de zetética; ou seja, de filosofia que investiga" (De Crousaz, *Examen du Pyrrhonisme ancien et moderne,* de 1733); (4) "Também é chamada de *institutio Zetetiké* de *Zétein*, porque, antigamente, os céticos sempre perguntavam, ou bem queriam buscar com certeza a verdade, mas nunca a encontravam, ou bem queriam alcançá-la" (J. G. Walch, *Philosophisches Lexicón* de 1736); (5) A mesma caracterização de Walch no *H. Zedler *Grosses vollstandiges Universal Lexicón*,* de 1733-50, volume 30, artigo "Skepticismus"; (6) "A filosofia de Sexto pode receber o nome de Zetética, ou seja, de filosofia que busca, uma vez que o cético considera o que pode ser oposto de um lado e de outro" (Bonoerf, **Le vrai philosophe ou l'usage de la philosophie relativement à la société civile, avec L'Histoire exacte et la Réfutation du Pyrrhonisme dans le Moderne**, de 1762).

humanas que sabemos serem assim no que diz respeito às coisas que o homem busca ou procura. Este é o primeiro termo da comparação. Aqui não se faz nenhuma menção à verdade. O segundo termo da comparação é introduzido por meio de uma virada muito interessante: "talvez por isso", cujo matiz creio ser este: Sexto não quer determinar qual das três atitudes possíveis em relação à verdade é mais ou menos acertada, mas sugere que provavelmente isso se deve ao fato de que o que vale para toda investigação se aplica ao caso particular da busca da verdade. Presume-se que a filosofia seja essencialmente definida ou caracterizada como investigação da verdade. Mas, se minha interpretação estiver correta, Sexto Empírico está dizendo que o primordial, o normal, o aceitável é o fato de que os homens investigam. Por analogia com essa atividade primordial, atribuem-se atitudes possíveis em relação à busca de um objeto específico que define a filosofia, a saber, a busca da verdade. Em outros termos, o conhecimento é uma conquista derivada da atividade de investigar, ou *zetein*, que é o primordial, o originário. Tiremos a conclusão: a filosofia é *uma* das atividades que o homem exerce.

Agora, gostaria de chamar a atenção para outro matiz do nosso texto. Vamos examinar a maneira como Sexto apresenta as atitudes em relação à compreensão da verdade. "Alguns *afirmaram* ter encontrado a verdade, outros *asseveraram* que é impossível apreendê-la, enquanto outros ainda continuam investigando". Observe-se aqui que, enquanto os dogmáticos se pronunciam afirmando e os acadêmicos o fazem asseverando, os céticos não dizem nada, mas agem. O que fazem? Continuam investigando. Essa assimetria se repete algumas linhas mais adiante: os dogmáticos "acreditam tê-la encontrado", os acadêmicos "afirmaram a impossibilidade de apreendê-la", enquanto "os céticos continuam investigando". Naess (*op. cit.*, p. 4) é um dos poucos a destacar essa característica.

Mas, enfim, poder-se-ia alegar que, quando Sexto diz que os filósofos da terceira classe, os céticos, "continuam investigando", fica implícito pelo contexto que o que eles continuam investigando é a verdade. A respeito desse ponto, quero destacar várias coisas. Em primeiro lugar, é um fato que Sexto não diz que o que eles continuam investigando seja a verdade; a interpretação pelo contexto é legítima; nessa passagem, parece até natural. Se cedermos a ela, recairemos na interpretação moderna que começa e termina atribuindo ao cético uma atitude irracional e incompreensível. Mas essa interpretação não se sustenta se continuarmos lendo a obra de Sexto. Isso é ilegítimo? Parece-me que não; parece-me que, se nas primeiras linhas de sua obra Sexto afirma que os céticos continuam investigando... e nós estamos dispostos a preencher os pontos de suspensão com algo, seja ou não a verdade, temos que continuar lendo para ver se conseguimos determinar o desfecho desse romance de ficção científica gnosiológica.

Permitam-me antecipar que, em toda a obra de Sexto, não há uma única linha que autorize afirmar, com alguma justificativa, que os céticos buscam a verdade. Permitam-me formular uma hipótese de trabalho que surgiu da leitura de nossa passagem. Tanto o dogmático quanto o acadêmico buscaram a verdade. O primeiro parece nos oferecer um *factum* do tipo "aqui está", pareceria dizer, embora Sexto não nos diga a que o dogmático está se referindo. Ora, como o dogmático sabe que apreendeu a verdade? Voltemos ao acadêmico, que diz: "afirmo que a verdade é inapreensível". Mais uma vez, como ele sabe disso? Parece que tanto o dogmático quanto o acadêmico possuem um critério de verdade, possuem um modelo do que é apreender a verdade. Parece que eles sabem o que é ou o que seria a verdade e, em seguida, atribuem sucesso ou fracasso à sua busca; ou seja, podem considerá-la concluída com sucesso ou com fracasso, respectivamente. Isso sugere que o cético ocupa uma posição marginal no sentido que a palavra tem em espanhol e também, eu diria, no sentido mais drástico que a palavra "marginal" tem em português. Para buscar a verdade, ele teria que saber o que é a verdade ou qual é a marca do

conhecimento verdadeiro. Essa minha hipótese permite explicar o fato surpreendente de que a obra de Sexto não contém uma única passagem na qual se possa discernir algo semelhante a uma busca da verdade, enquanto um dos temas dominantes de sua obra é o problema do critério da verdade.

Para obter maior contraste e, assim, alcançar uma compreensão mais apurada da originalidade do ceticismo, parece-me oportuno recorrer agora a uma filosofia do nosso século que defendeu a primazia da investigação sobre o conhecimento. Acredito que, dessa forma, conseguiremos determinar melhor o sentido e o alcance da *agogé* cética.

3

Tanto quanto as semelhanças entre o ceticismo e o pragmatismo nos interessam, também nos interessam as diferenças que os separam. Não pretendo, portanto, provar que Sexto é um pragmatista *avant la lettre*, nem mesmo no que se refere à primazia da investigação sobre o conhecimento da verdade ou da filosofia. Tenhamos *in mente* as escassas referências que obtivemos sobre a atitude inicial de Sexto e recorramos a alguns textos clássicos do pragmatismo.

John Dewey não admite que o conhecimento possua

> um sentido próprio, alheio a qualquer conexão com a investigação e a qualquer referência a ela.

Aceitar isso significaria, em sua opinião, aceitar que

> a teoria da investigação se subordina necessariamente a esse sentido como a um fim fixo externo.

Mais concretamente, isso significaria subordinar a pesquisa a concepções metafísicas ou metodológicas anteriores à própria pesquisa. Contra essa aspiração, Dewey afirma:

> o conhecimento, como termo abstrato, nada mais é do que um nome aplicável ao produto de pesquisas competentes?"[21]

a isso se une a ideia de que o conhecimento é radicalmente aperfeiçoável:

> A obtenção de crenças aceitas é um processo progressivo; não existe nenhuma crença tão estabelecida que não esteja sujeita aos resultados de uma investigação posterior.

Dessas posições decorre a conclusão contundente de que

[21] John Dewey, *Lógica. Teoria de la Investigación* (México, Fondo de Cultura Económica, 1950): 20-21.

> o conhecimento deve ser definido em termos de investigação e não o contrário, tanto no âmbito particular quanto no universal.[22]

Toda teoria do conhecimento se constitui por meio da seleção de alguns aspectos da pauta real da investigação. De fato, os objetos são estabelecidos nas investigações; aqueles que se consolidaram devido à sua eficácia são empregados em novos empreendimentos. Por exemplo, uma teoria realista do conhecimento também procede dessa maneira.

> Quando essa seleção e utilização diretas são tratadas como se fossem um caso de conhecimento, o resultado lógico é a filosofia "realista" do conhecimento. Os "objetos" utilizados são "objetos" conhecidos. Se, nesse momento, ignorarmos as operações de investigação com as quais foram estabelecidos, temos um destaque seletivo de uma fase da pauta real da investigação que, embora válida enquanto se mantém, é tão unilateral que produz uma teoria falaciosa. O ato de *se referir* a um "objeto" que é um "objeto" *conhecido* apenas em virtude de operações independentes desse ato de referência é tomado, em si mesmo, como um caso de conhecimento representativo para os fins de uma teoria do conhecimento.[23]

As características gerais da teoria geral da investigação segundo o pragmatismo são compreendidas em uma primeira aproximação quando se expõe sua teoria da experiência.

> As existências *se dão* imediatamente na experiência; isso é o que a experiência é, em primeiro lugar. Não é que elas se dão à experiência, mas sim que sua dão é experiência. Mas tal experiência qualitativa imediata não é, em si mesma, cognitiva; não atende a nenhuma das condições lógicas do conhecimento e dos "objetos" enquanto conhecidos. Quando a investigação ocorre, esses materiais se dão *para serem* conhecidos, formulação tautológica, uma vez que a investigação é a submissão da experiência dada às operações de investigação com o propósito de estabelecer "objetos" como conhecidos.[24]

Ora, dentro de um quadro teórico como esse, como definir a verdade? Peirce formulou duas definições; uma muito simples:

> Entendemos por verdade a opinião destinada a que, em última instância, todos os pesquisadores a aceitem, e o objeto representado por essa opinião é o real.[25]

E também formulou esta outra definição, mais completa:

---

[22] *Ibid.*, p. 35.
[23] *Ibid.*, p. 570.
[24] *Ibid.*, p. 571
[25] *Collected Papers*, vol. 5, p. 268.

> A verdade é aquela concordância de uma formulação abstrata com o limite ideal para o qual a investigação sem fim deveria conduzir a crença científica; concordância que a formulação abstrata pode possuir em virtude da confissão de sua inexatidão e unilateralidade, e essa confissão constitui um ingrediente essencial da verdade.[26]

Essa definição esbarrou em sérios problemas. Se "verdade" é sinônimo de "objetivo último da investigação", então não se pode definir "investigação" como um processo cujo objetivo é alcançar a verdade. Tal definição equivaleria a uma tautologia: a investigação é um processo cujo objetivo é alcançar o objetivo da investigação.[27]

Em seu ensaio "The Fixation of Belief", Peirce sustentou que "o único objeto da investigação é o estabelecimento da opinião". O próprio Peirce imagina a objeção de que buscamos não apenas uma opinião, mas uma opinião verdadeira.

> Mas, se colocarmos essa suposição à prova, ela se revela sem fundamento, pois, assim que alcançamos uma crença firme, ficamos completamente satisfeitos, seja a crença verdadeira ou falsa.[28]

De acordo com esse parecer, não buscamos a verdade, mas uma crença. Podemos deixar a verdade de lado, pelo menos temporariamente, para que ela surja somente após a investigação ter prosseguido por um tempo indefinidamente longo. Essa concepção é importante porque A verdade é nossa ÚLTIMA verdade, ou seja, a verdade como resultado final ao qual a ciência se aproximará assintoticamente a longo prazo; trata-se da ciência no limite. De acordo com essa concepção da verdade e da investigação, não há um conhecimento domesticado e algo que permaneça indomável fora desse domínio, mas trata-se de algo determinável dentro da esfera do nosso conhecimento. A determinação da verdade não é mais uma questão de relacionar a multiplicidade do nosso conhecimento com uma realidade externa, mas simplesmente de possuir os estados sucessivos de conhecimento que convergem para um limite.[29]

Ora, se chamamos de "verdade" os resultados alcançados, ou seja, se definimos "verdade" em termos de "investigação", como se pode definir "investigação"? Não em termos de verdade, pois caímos em um círculo vicioso.

Vejamos outro aspecto do mesmo problema. Suponhamos que haja um conflito entre investigações: o que faz com que uma investigação seja melhor do que outra? Em sua resposta a essa pergunta, Peirce recorre a uma teoria da correspondência alética. Uma investigação é melhor do que outra quando a opinião que ela estabelece coincide com os fatos e, para garantir essa coincidência, o método científico é preferível.[30] Mas, então, é preciso concluir que o objeto da investigação não é apenas

---

[26] *Ibid.*, vol. 5, pp. 394-395.
[27] Daniel J. Bronstein, "Inquiry and Meaning", em *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce* (edição de Wiener e Young, Harvard University Press, Cambridge, 1952), especialmente p. 39.
[28] *Op. cit.*, vol. 5, p. 375.
[29] Nicholas Rescher, *Empirical Inquiry* (Rowman and Littlefield, Nova Jersey, 1982), pp. 210-8 e 172.
[30] *Op. cit.*, p. 387.

o estabelecimento de uma crença: queremos que nossas opiniões coincidam com os fatos e, por isso, preferimos o método científico à autoridade ou à intuição.[31]

Ora, até aqui Peirce nos havia apresentado uma teoria da verdade baseada na coerência dos conhecimentos; agora, porém, ele nos remete, como instância decisória, à correspondência entre nossos conhecimentos e uma realidade extramental. Deixemos de lado, por enquanto, esse atraente assunto.

4

Vamos revisar brevemente o caminho percorrido. Até agora, entramos em contato com o texto cético e, em seguida, testemunhamos a constituição, na era moderna, de uma interpretação segundo a qual os céticos se propõem a buscar algo (a verdade) que têm certeza de não encontrar. Essa interpretação se estabelece e se consolida de Montaigne até a Enciclopédia, e dela decorre, obviamente, que a empreitada cética é um absurdo. *"Est ridiculum quaerere quae habere non possumus"*. Algo semelhante parece decorrer da empreitada cética à luz da interpretação moderna e do silêncio contemporâneo. Na segunda seção, propus-me a examinar o próprio texto e, por meio de uma interrogação, sugeri que Sexto admite implicitamente: (a) a atividade de buscar, indagar ou investigar é primordial no homem; (b) a busca da verdade, ou filosofia, é algo secundário, que se entende por comparação com a atividade primária de investigar; é uma espécie de investigação; (c) os céticos admitem que investigam, mas não afirmam explicitamente em nenhum texto que estejam investigando a verdade. Além disso, embora nunca se proponha a buscar ou investigar a verdade, Sexto dedica muitas reflexões ao exame do problema do critério da verdade. Para resolver esse enigma, sugeri que, para abordar o problema da verdade, o cético parte do problema do critério da verdade e, como não encontra este, não consegue encontrar aquele. Aqui concluímos nossa primeira reflexão sobre a passagem de Sexto. Na terceira seção, apresentei algumas teses centrais do pragmatismo sobre investigação, conhecimento, experiência e verdade, e examinei algumas dificuldades cruciais da teoria pragmatista da verdade. Acredito que vocês tenham percebido semelhanças notáveis entre o pragmatismo e o ceticismo. Vamos apontar algumas delas, em comparação direta com os pontos identificados em nossa análise do texto cético. Também para o pragmatismo, o aspecto primordial no ser humano é a atividade de investigar; também, segundo sua doutrina, o conhecimento deriva da investigação e, por fim, o pragmatista se propõe a investigar, mas não para alcançar a verdade. Ora, vamos destacar as diferenças que serão as mais instrutivas. As reflexões sucintas do cético são generosamente desenvolvidas nos textos pragmatistas, mas, além disso, estes contêm muitas teses que o cético consideraria alheias. Vejamos. Embora, em geral, se possa ter considerado que a investigação é prévia à obtenção do conhecimento, os céticos não perceberam que a atividade de investigar possui uma estrutura lógica que é relevante para compreender seus derivados ou produtos. O glorioso projeto de obter uma compreensão conceitual desse domínio pertence inteiramente ao pragmatismo. Mas não se trata apenas de uma diferença de maior ou menor desenvolvimento ou elaboração. Em segundo lugar, o pragmatismo procurou, com resultados variados, oferecer uma definição da verdade ou, se preferirem, uma determinação conceitual das condições do conhecimento verdadeiro. E fez isso especialmente quando decidiu tomar uma posição no caso de conflitos entre investigações. Não importa tanto que Peirce tenha recorrido, nesses casos, a uma concepção da verdade baseada na correspondência, abandonando assim seu coerentismo de conhecimentos convergentes, mas, mais fundamentalmente, que se tenha sentido obrigado a

[31] Bronstein, artigo citado na nota 27, p. 38.

decidir. Por quê? Porque o pragmatista está comprometido com uma concepção progressista da história, fundamentada no desenvolvimento convergente dos conhecimentos humanos. O pragmatismo é uma das últimas manifestações vigorosas do espírito do Iluminismo. Nada mais distante, como inspiração, da sabedoria da vida cética.

Admito que, entre pragmáticos e céticos, há uma semelhança "ilustrada", a saber, a ruptura com a aceitação de pressupostos metafísicos anteriores à investigação. Mas enquanto os modernos exercem a "crise", ou seja, procuram discernir entre as representações e oferecem um inventário de nossas ideias legítimas, os céticos antigos não praticavam filosofia no "refúgio da subjetividade" (a expressão é de Hegel). Myles Burnyeat mostrou[32] de forma convincente que todos os filósofos antigos, de Heráclito aos céticos, "mantêm intacta — mais ainda, confiam na — noção de que somos enganados ou somos ignorantes a respeito de *algo*. Existe uma realidade, de algum tipo, que se nos apresenta; estamos em contato com algo, mesmo que esse algo, a realidade, não seja de forma alguma o que acreditávamos que fosse. A filosofia grega não conhece o problema de provar, de maneira geral, a existência de um mundo externo... O problema típico da investigação filosófica antiga... é exatamente o contrário. É o problema de compreender como pode haver pensamento sobre o nada ou sobre o que não é, como nossas mentes podem se dedicar a falsidades, ficções e ilusões. A dificuldade característica desde Parmênides não é como a mente pode estar em contato com algo, mas como ela pode deixar de estar."

Pode-se alegar que o cético suspende a aceitação em relação a enunciados ou juízos sobre como as coisas são em si mesmas, ou seja, enunciados ou juízos que fazem afirmações de verdade sobre o que ocorre em um mundo comum, objetivo, exterior a nós mesmos e que compreende coisas que possuem natureza própria. "Verdade", nesses contextos, significa verdade em relação a uma existência real, a algo que é verdadeiro, a uma realidade independente. Ora, o cético assente às afecções, por exemplo, reconhece que sente sede, frio ou calor. Ele assente às proposições do tipo "Tal ou tal coisa me parece assim ou assado", embora nunca faça afirmações de verdade do tipo "É tal como aparece". Alguns exegetas, como Stough e Dumont, inferiram que o cético admite como verdadeiras esses enunciados. No entanto, Burnyeat mostrou que esses enunciados sobre aparências recebem, por parte de Sexto, a denominação de *azetetos*. São imunes à investigação, não estão abertos à discussão porque não afirmar nada a respeito de um fato objetivo. Simplesmente registram a experiência presente do cético, da maneira como ele é afetado (seu *páthos*), deixando em aberto se as coisas externas são tais como aparentam ser para ele. Indubitabilidade ou incorrigibilidade são, desde Descartes, sinônimos de verdade. Isso não ocorre assim para o cético antigo. O indubitável pode, justamente por isso, escapar à *epoché* e, no entanto, não ser verdadeiro, mas, precisamente, *azetetos*.[33]

Podemos, então, explorar a hipótese de que o cético não investiga para encontrar um desfecho cognitivo para sua investigação, mas porque investigar é a atividade que lhe permite discernir entre o que não é investigável (*azétetos*) e o que é investigável (*zétetos*), isto é, o que substitui o critério de verdade e falsidade. Mais ainda, o fato de a investigação (*zétesis*) prosseguir indefinidamente é, para o cético, uma prova de que é impossível descobrir o verdadeiro.[34]

---

[32] Ver "Idealism and 'Greek Philosophy: What Descartes Saw and Berkeley Missed", *Philosophical Review* 91, 1 (janeiro de 1982), especialmente p. 19, 25-6, 39 e nota 53.

[33] Algum leitor resignado do *Manuscrito* pode consultar a parte final do meu artigo "Saber sem conhecer" (I, 1, outubro de 1977).

[34] *Adversus Mathematicos* VIII, 50.

O enigma com o qual iniciei esta comunicação foi, de certa forma, desvendado. Investigar não é buscar a verdade, mas preservar a suspensão. Em que termina a busca do cético: em abster-se de aceitar supostas verdades objetivas e em aceitar suas afecções imediatas. Esses dois casos, e somente esses dois casos, são algo arbitrário? Admitamos que, por enquanto, eles nos pareçam estranhos. Na medida em que investigar se assemelha à atividade de questionar, fica claro que toda investigação possui vários pressupostos que não precisam ser noções aceitas acriticamente. Por exemplo, toda investigação pressupõe que existe para ela uma resposta verdadeira.[35] Pois bem, a *zétesis* cética não satisfaz esse requisito. No entanto, ela possui certa coerência e certo caráter teleológico que me parece importante destacar. Permitam-me, por um momento, ser um pouco dogmático. O cético não se propõe a conhecer, mas sim a evitar a perturbação. Falando de maneira muito geral, a perturbação tem, em seu julgamento, duas raízes: a opinião e os instintos. Quando o cético se depara com opiniões que são pretensões de verdade objetiva, ele suspende o julgamento e alcança a *ataraxia*.[36] Quando o cético se depara com perturbações inevitáveis (não pode praticar a *epochê*), ele as admite, mas não faz afirmações de verdade, limitando-se à moderação.[37] Ou seja, a investigação cética termina na suspensão ou nos *azetetos* do instintivo. O que dá unidade a esse comportamento é a busca da imperturbabilidade e não a busca da verdade.

5

Os céticos não estavam comprometidos com a busca da verdade, mas sim com a tranquilidade. Será que a alcançaram? Teria sido inútil que renunciassem ao conhecimento para alcançar uma ignorância amena e serena? Montaigne nos assegura que, embora não seja um ideal alcançável (qual o é?), pelo menos tentar alcançá-lo nos proporciona uma forma de felicidade que é a maior ausência possível de infelicidade.

Por outro lado, muitos epistemólogos atuais renunciaram à busca da verdade, assim como os céticos, mas, ao contrário deles, admitem estar excluídos da *vita beata*. Se a filosofia se orienta segundo padrões de investigação próprios da ciência e se a investigação científica não permite alcançar a verdade, nem mesmo nos garante que estejamos nos aproximando cada vez mais dela, segue-se que, na filosofia, não existe algo como "a verdade real ou autêntica". Essa seria uma relíquia de uma concepção absolutista que devemos abandonar. Carnap nos propôs que façamos apenas afirmações probabilísticas e Popper nos aconselha a descartar a verdade em favor de conjecturas que devemos tentar refutar e nunca considerar como afirmações substantivas de fato. Recentemente, Larry Laudan afirmou:

> O fato universalmente reconhecido é que não há razões que nos obriguem a acreditar que as teorias científicas passadas ou presentes sejam verdadeiras (ou prováveis, etc.)... Manter a visão de que a ciência tende a teorias presumivelmente verdadeiras é transformar a ciência em um empreendimento irracional, visto que se admite que não saberíamos reconhecer uma teoria verdadeira caso a possuíssemos, pois, para qualquer explicação coerente do que é o comportamento *racional*, é irracional adotar um objetivo que (a) não sabemos como alcançar; (b) não seríamos capazes de reconhecer se o alcançássemos; e (c) é tal que nem mesmo poderíamos explicar se estamos nos aproximando gradualmente de alcançá-lo. "As

[35] R- G. Collingwood, *An Essay on Metaphysics* (Oxford, 1949), capítulo 4.
[36] *Esboços pirrônicos*, I, 7.
[37] Obra citada. 1. 22.

> teorias científicas verdadeiras" parecem constituir tal finalidade... Isso leva à visão de que a ciência representa uma atividade utópica e, portanto, irracional, cujo *télos* está, até onde podemos saber, sempre além de nossa apreensão.[38]

Diante desse tipo de reflexões dramáticas, permitam-me voltar à versão um tanto ridícula que os modernos haviam forjado a respeito da empreitada cética. Naturalmente, quando pensavam em oferecer um retrato fiel dos céticos antigos, estavam, sem saber, confessando-se a si mesmos, estavam postulando o novo ideal de conhecimento. Sim, boa parte do mundo atual "busca sempre a verdade, nunca a encontra", para parafrasear uma de nossas autoridades do século XVIII.

Vimos que o cético que se apega à verdade como correspondência entre nossos juízos e a realidade objetiva deve renunciar à busca da verdade. Vimos que o pragmatista que substitui a noção de verdade como correspondência por outra de verdade como coerência de conhecimentos convergentes deve, em última instância, recorrer ao critério da correspondência. Parece que é preciso construir uma teoria da verdade que inclua esses critérios como traços indispensáveis de uma versão mais completa. Não me conformo com a ideia de que devemos renunciar à referência à verdade, mesmo que seja como um ideal obscuro que orienta a investigação. Sem isso, temo que percamos o objetivo da ciência e da filosofia como empreendimentos racionais.

[38] *The Philosophy of Progress*, citado por N. Rescher, ver nota 29.